



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPESTRE

ESTADO DE MINAS GERAIS

PROCESSO SELETIVO – EDITAL n° 01/2018

PROVA OBJETIVA

ESTAGIÁRIO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

- Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 20 questões objetivas.
- Preencha seus dados na capa deste caderno e confira os dados impressos na folha de respostas.
- Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe o fiscal da sala.
- Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- A duração da prova é de 2 horas, já incluído o tempo para preenchimento da folha de respostas.
- Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorrido 30 minutos do início da prova.
- Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho do gabarito, localizado ao final do caderno de questões, para futura conferência.
- Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Nome completo do candidato

CPF:

N° de Inscrição:

RG:

Assinatura:



PROCESSO SELETIVO – EDITAL Nº 01/2018

CARGO: ESTAGIÁRIO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

PROVA OBJETIVA

CADERNO DE QUESTÕES

DIREITO ADMINISTRATIVO

1) José da Silva é o chefe do Departamento de Pessoal de uma Secretaria de Estado. Recentemente, José da Silva avocou a análise de determinada matéria, constante de processo administrativo inicialmente distribuído a João de Souza, seu subordinado, ao perceber que a questão era por demais complexa e não vinha sendo tratada com prioridade por aquele servidor. Ao assim agir, José da Silva fez uso:

- a) do poder hierárquico.
- b) do poder disciplinar.
- c) do poder discricionário.
- d) da teoria dos motivos determinantes.

2) O ato administrativo é uma espécie de ato jurídico de direito público, ou seja, suas características distinguem-no do ato jurídico de direito privado. Os atributos do ato administrativo – ato jurídico de direito público – incluem a:

- a) legalidade, a publicidade e a imperatividade.
- b) presunção de legitimidade, a imperatividade e a autoexecutoriedade.
- c) imperatividade, o motivo, a finalidade e a autoexecutoriedade.
- d) eficiência, a presunção de legitimidade e a continuidade.

3) É correto afirmar que a ação de ressarcimento ao erário decorrente da prática de ato de improbidade administrativa:

- a) prescreve em três anos, a contar do conhecimento do prejuízo causado ao erário.
- b) prescreve em três anos, a contar do trânsito em julgado da ação civil de improbidade administrativa.

c) prescreve em cinco anos, a contar do trânsito em julgado da ação civil de improbidade administrativa.

d) é imprescritível.

4) Analise a proposição abaixo:

“Os agentes públicos devem atuar de forma neutra, sendo proibida a atuação pautada pela promoção pessoal”.

De acordo com os princípios constitucionais que regem a Administração Pública, assinale a opção que apresenta o princípio constitucional a que se refere a conduta acima.

- a) Razoabilidade.
- b) Impessoalidade.
- c) Transparência.
- d) Eficácia.

5) Esse princípio está presente tanto no momento da elaboração da lei como no momento da sua execução em concreto pela Administração Pública. Ele inspira o legislador e vincula a autoridade administrativa em toda a sua atuação. De todos os princípios da administração pública abaixo o que se encaixa é:

- a) Legalidade.
- b) Presunção da legitimidade.
- c) Impessoalidade.
- d) Supremacia do interesse público.

DIREITO CONSTITUCIONAL

6) São princípios que regem a administração pública, direta e indireta, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos



PROCESSO SELETIVO – EDITAL Nº 01/2018

CARGO: ESTAGIÁRIO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

PROVA OBJETIVA

Municípios, na forma do art. 37, *caput*, da Constituição Federal, EXCETO:

- a) Impessoalidade.
- b) Eficácia.
- c) Legalidade.
- d) Moralidade.

7) Assinale a alternativa CORRETA:

- a) os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário sempre serão superiores aos pagos pelo Poder Executivo.
- b) o prazo de validade do concurso público será de dois anos, prorrogável uma vez, por igual período.
- c) os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis apenas aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei.
- d) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

8) De acordo com o artigo 4º do Texto Constitucional de 1988, constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, EXCETO:

- a) erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.
- b) construir uma sociedade livre, justa e solidária.
- c) promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação
- d) assegurar a dignidade da pessoa humana.

9) Ednaldo, estudante de direito, observou que os direitos fundamentais à honra e à liberdade de expressão estavam constantemente em conflito, tendo sérias dúvidas de como proceder para superar esse estado de coisas. Pedro,

emérito professor de direito constitucional, observou que a solução passava pela classificação desses direitos fundamentais como princípios constitucionais. Em atenção à observação de Pedro, é correto afirmar que, na situação referida por Ednaldo, o conflito:

- a) será resolvido a partir da ponderação dos princípios envolvidos, conforme as circunstâncias do caso concreto;
- b) não pode ser resolvido, pois tanto o direito à honra como à liberdade de expressão devem ser protegidos;
- c) será resolvido conferindo-se, sempre, maior importância ao princípio democrático, presente na liberdade de expressão;
- d) será resolvido conferindo-se, sempre, maior importância ao princípio da privacidade, presente no direito à honra.

10) A invocação à proteção de Deus, constante do Preâmbulo da Constituição Federal vigente:

- a) é inconstitucional.
- b) é ilícita.
- c) não tem força normativa.
- d) é expressão de reprodução obrigatória nas Constituições estaduais.

DIREITO PENAL

11) Jaime, objetivando proteger sua residência, instala uma cerca elétrica no muro. Certo dia, Cláudio, com o intuito de furtar a casa de Jaime, resolve pular o referido muro, acreditando que conseguiria escapar da cerca elétrica ali instalada e bem visível para qualquer pessoa. Cláudio, entretanto, não obtém sucesso e acaba levando um choque, inerente à atuação do mecanismo de proteção. Ocorre que, por sofrer de doença cardiovascular, o referido ladrão falece quase instantaneamente. Após a análise pericial, ficou constatado que a descarga elétrica não era



PROCESSO SELETIVO – EDITAL Nº 01/2018

CARGO: ESTAGIÁRIO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

PROVA OBJETIVA

suficiente para matar uma pessoa em condições normais de saúde, mas suficiente para provocar o óbito de Cláudio, em virtude de sua cardiopatia. Nessa hipótese é correto afirmar que:

- A) Jaime deve responder por homicídio culposo, na modalidade culpa consciente.
- B) Jaime deve responder por homicídio doloso, na modalidade dolo eventual.
- C) Pode ser aplicado à hipótese o instituto do resultado diverso do pretendido.
- D) Pode ser aplicado à hipótese o instituto da legítima defesa preordenada.

12) Maria, jovem de 22 anos, após sucessivas decepções, deseja dar cabo à própria vida. Com o fim de desabafar, Maria resolve compartilhar sua situação com um amigo, Manoel, sem saber que o desejo dele, há muito, é vê-la morta. Manoel, então, ao perceber que poderia influenciar Maria, resolve instigá-la a matar-se. Tão logo se despede do amigo, a moça, influenciada pelas palavras deste, pula a janela de seu apartamento, mas sua queda é amortecida por uma lona que abrigava uma barraca de feira. Em consequência, Maria sofre apenas escoriações pelo corpo e não chega a sofrer nenhuma fratura. Considerando apenas os dados descritos, assinale a afirmativa correta.

- A) Manoel deve responder pelo delito de induzimento, instigação ou auxílio ao suicídio em sua forma consumada.
- B) Manoel deve responder pelo delito de induzimento, instigação ou auxílio ao suicídio em sua forma tentada.
- C) Manoel não possui responsabilidade jurídico-penal, pois Maria não morreu e nem sofreu lesão corporal de natureza grave.
- D) Manoel, caso tivesse se arrependido daquilo que falou para Maria e esta, em virtude da queda, viesse a óbito, seria responsabilizado pelo delito de homicídio.

13) Considere que determinado agente tenha em depósito, durante o período de um ano, 300 kg de cocaína. Considere também que, durante o referido período, tenha entrado em vigor uma nova lei elevando a pena relativa ao crime de tráfico de entorpecentes. Sobre o caso sugerido, levando em conta o entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre o tema, assinale a afirmativa correta.

- A) Deve ser aplicada a lei mais benéfica ao agente, qual seja, aquela que já estava em vigor quando o agente passou a ter a droga em depósito.
- B) Deve ser aplicada a lei mais severa, qual seja, aquela que passou a vigorar durante o período em que o agente ainda estava com a droga em depósito.
- C) As duas leis podem ser aplicadas, pois ao magistrado é permitido fazer a combinação das leis sempre que essa atitude puder beneficiar o réu.
- D) O magistrado poderá aplicar o critério do caso concreto, perguntando ao réu qual lei ele pretende que lhe seja aplicada por ser, no seu caso, mais benéfica.

14) Artigo 1.º do Código Penal Brasileiro: “Não há crime sem lei anterior que o defina. Não há pena sem prévia cominação legal.” O dispositivo legal ora transcrito explicita, dentre outros, o princípio:

- a) da insignificância.
- b) da intervenção mínima.
- c) da taxatividade.
- d) da proporcionalidade.

15) É pacífico, na doutrina e na jurisprudência, que o agente que furta objetos de valor irrisório deve ser absolvido com base no princípio da insignificância, uma vez que, nessas circunstâncias, está excluída:

- a) a tipicidade material.



PROCESSO SELETIVO – EDITAL Nº 01/2018

CARGO: ESTAGIÁRIO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

PROVA OBJETIVA

- b) a ilicitude da conduta.
- c) a culpabilidade do agente.
- d) a punibilidade da conduta.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

16) Amadeu, com vinte anos de idade, encontrou Márcia, com dezesseis anos de idade, sua ex-vizinha, em um baile de carnaval realizado em uma praia. Ao perceber que Márcia se encontrava em estado de embriaguez, apresentando perda do raciocínio e de discernimento, Amadeu aproveitou para praticar diversos atos libidinosos e ter conjunção carnal com ela, mesmo sem o seu consentimento.

Nessa situação hipotética,

- a) a autoridade policial só poderá instaurar inquérito mediante representação de Márcia ou de seus pais.
- b) a autoridade policial poderá instaurar inquérito de ofício.
- c) a autoridade policial não poderá instaurar inquérito policial caso tome ciência do fato por meio da veiculação do fato pela imprensa.
- d) a autoridade policial só poderá instaurar inquérito mediante requerimento subscrito pelos pais de Márcia.
- e) o MP não poderá requisitar a instauração de inquérito policial.

17) É **correto** afirmar sobre o inquérito policial.

- a) A *notitia criminis* deverá ser por escrito, obrigatoriamente, quando apresentada por qualquer pessoa do povo.
- b) O Ministério Público é parte legítima e universal para requerer a abertura de inquérito policial afim de investigar a prática de crime de ação penal pública ou privada.

c) A representação do ofendido é condição indispensável para a abertura de inquérito policial para apurar a prática de crime de ação penal pública condicionada.

d) Apenas o agressor poderá requerer à autoridade policial a abertura de investigação para apurar crimes de ação penal privada.

18) De acordo com o artigo 10, *caput*, do Código de Processo Penal, o inquérito deverá ser concluído:

- a) no prazo de 12 (doze) dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou no prazo de 25 (vinte e cinco) dias, quando estiver solto.
- b) no prazo de 10 (dez) dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou no prazo de 30 (trinta) dias, quando estiver solto.
- c) no prazo de 15 (quinze) dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou no prazo de 30 (trinta) dias, quando estiver solto.
- d) a) no prazo de 10 (dez) dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou no prazo de 25 (vinte e cinco) dias, quando estiver solto.

19) Nos dias atuais, a segregação cautelar deve ser a *ultima ratio*, devendo serem aplicadas medidas cautelares diversas da prisão de forma antecipada àquela, as quais podem se mostrar suficientes e adequadas para atingir o fim pretendido.

Nos termos do artigo 319 do Código de Processo Penal, são medidas cautelares diversas da prisão, EXCETO:

- a) recolhimento domiciliar no período noturno e nos dias de folga quando o investigado ou acusado tenha residência e trabalho fixos.
- b) monitoração eletrônica.
- c) comparecimento periódico em juízo, no prazo e nas condições fixadas pelo juiz, para informar e justificar atividades.



PROCESSO SELETIVO – EDITAL Nº 01/2018

CARGO: ESTAGIÁRIO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

PROVA OBJETIVA

d) ausentar-se da Comarca quando esta seja conveniente ou necessária para a investigação ou instrução.

20) Conforme dispõe expressamente o Código de Processo Penal, o prazo para oferecimento da denúncia, estando o réu preso, será de?

- a) 3 dias.
- b) 5 dias.
- c) 10 dias.
- d) 15 dias.



PROCESSO SELETIVO – EDITAL Nº 01/2018

CARGO: ESTAGIÁRIO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

PROVA OBJETIVA

FOLHA DE RASCUNHO

Questão	Resposta
1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	

Questão	Resposta
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

ESTA FOLHA DESTINA-SE EXCLUSIVAMENTE PARA ANOTAÇÃO DO GABARITO.

O CANDIDATO PODERÁ LEVAR CONSIGO APENAS ESTA FOLHA AO TÉRMINO DA PROVA.